A Marcha para o Oeste na Experiência da Expedição Roncador-Xingú

Maria Eduarda Capanema Guerra Galvão*

Resumo:

Trabalho que desenvolve um ensaio sobre o projeto lançado no período do Estado-Novo (1937-1945), chamado de "A marcha para o Oeste", observado através da experiência da *Expedição Roncador-Xingú* (1943-1948). Os discursos propagandeados sobre a Marcha, associados aos relatos dos diários dos expedicionários, trazem à tona algumas reflexões sobre aspectos que envolvem de um lado a necessidade da integração territorial brasileira enquanto projeto identitário unificador e, de outro, a recepção das populações do sertão brasileiro aos símbolos nacionais e a ação civilizadora do Estado.

Palavras Chave: Identidade; sertão; integração.

Ao saudar o povo brasileiro, em discurso transmitido pela Rádio Nacional, na virada do ano em 1937, o Presidente Getúlio Vargas participou à Nação os ideais que o recém-implantado regime, o Estado Novo, tinha em relação ao "Oeste" brasileiro.

Em sua fala, Vargas enalteceu a importância histórica e econômica de uma porção de território que continha, antes de tudo, a mais pura essência da identidade nacional. Para os ideólogos que queriam construir esse "novo Brasil"[1], o "Oeste", ressurge no cenário brasileiro como um novo "Eldorado", que, anteriormente desbravado pelos bandeirantes, deveria ser definitivamente conquistado e integrado ao País. Nesse sentido, Vargas é enfático ao dizer que:

> *"O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para oeste. No século XVIII, de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o continente das cobiças e tentativas aventurosas. E lá teremos de ir buscar: os vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das estradas de terra, o metal com que forjara os instrumentos da nossa defesa e de nosso progresso industrial."* (VARGAS, 1938, p.124).

* Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Graduada em 2010.

A chamada "Marcha para o Oeste" foi um projeto governamental que buscou povoar e desenvolver o interior do Brasil, região distinta do litoral no que dizia respeito ao desenvolvimento humano e econômico. Visando uma maior integração nacional, os potenciais naturais e humanos do sertão não poderiam ser mais desperdiçados, entendidos como fundamentais para a garantia da prosperidade da Nação. A proposta governamental incluía a construção de escolas, hospitais, estradas, ferrovias e aeroportos no interior, com objetivo de integrar e consolidar o País, de acordo com uma visão de unidade.

Na perspectiva "estadonovista", o quadro de estagnação econômica do oeste brasileiro se devia tanto a fatores humanos quanto à existência de barreiras naturais, que dificultavam a expansão econômica e demográfica das regiões do interior. Com a centralização do poder político, o Governo buscou tomar para si a responsabilidade pelo bem-estar da população e pelo desenvolvimento econômico do País. A incorporação desses territórios, através da Marcha, liderada pelo Poder Público, acabaria por proporcionar um impulso no desenvolvimento do nacionalismo, na medida em que incentivava o fascínio pelo nosso *habitat* e pela exuberância da nossa natureza, isto é, pelas "nossas riquezas autênticas"[2].

A revista produzida pelo DIP[3], intitulada "Rumo ao Oeste", descreve a viagem de Vargas ao Estado de Goiás, realizada em agosto de 1940. Destaca o caráter amistoso do Presidente da Nação, homem que, por sua bravura, simplicidade e generosidade, mostraria ao povo um Brasil que governantes anteriores a ele supostamente ignorariam existir. Vemos um Presidente bem-disposto diante de uma multidão de pessoas que o saúda em sua chegada ao aeroporto de Goiânia, a "cidade menina"[4], que, graças ao empenho da União, estava se desenvolvendo.

Na Ilha do Bananal, visitou a aldeia da tribo dos índios Karajá e, demonstrando afetuosidade, distribuiu charutos cubanos ao chefe da tribo, além de machados, facões e outros instrumentos que poderiam servir no trabalho agrícola. Permanecendo fiel às promessas que anteriormente lançara ao povo, o governante dava "corpo e alma" ao seu programa da "Marcha para o Oeste". Como parte do programa de construção de um Brasil novo, socialmente integrado e economicamente mais independente, a viagem de

Vargas a Goiás traduz o esforço do Estado em consolidar seu poder por todo o território nacional, estendendo seu braço para o sertão.

Nesse sentido, por meio da Portaria nº 77, da Coordenação de Mobilização Econômica, o governo instituiu a "Expedição Roncador-Xingú", cujo principal interesse era estabelecer vias de comunicação pelo interior do País até o Amazonas, além de povoar e explorar as regiões do Brasil central. A Fundação Brasil Central (doravante, FBC)[5], foi o órgão criado pelo governo, designado a orientar e administrar os trabalhos da expedição. Seu objetivo era possibilitar a implantação de núcleos populacionais em pontos demarcados como estrategicamente ideais, no processo de integração do território nacional.

João Alberto Lins de Barros, Ministro da Coordenação da Mobilização Econômica, Ministério criado em decorrência da Segunda Guerra, foi nomeado pelo Presidente Vargas como responsável pela organização da "avançada". O Ministro, que já havia percorrido o Brasil central como membro da Coluna Prestes na década de 20, passou a presidir a recém-criada FBC, com a função de providenciar e organizar a logística necessária para a "Expedição Roncador-Xingú". Apesar dos limites financeiros impostos pelos tempos de guerra, o que restringia substancialmente os recursos públicos destinados à Marcha, a FBC contou com muitas doações provenientes, sobretudo, de empresários paulistas[6]. O entusiasmo de certos paulistas com este programa pôde ser percebido quando, em cerimônia realizada na Basílica de São Bento, oficiada pelo Abade-Prior, foram proferidas bênçãos celestiais aos expedicionários, ao som do coro de centenas de vozes. Àquela ocasião, o Pavilhão Nacional, bordado em ouro por distintas senhoras da sociedade paulista, foi entregue ao Ministro João Alberto, que o repassou às mãos dos expedicionários. Um inflamado discurso, proferido pelo ilustre jurista Godofredo da Silva Telles, ressaltava a importância de elevar os símbolos nacionais ao longo da "jornada" e buscava despertar nos expedicionários o sentido patriótico da Marcha.[7]

A expedição buscou cumprir as suas principais metas institucionais, promovendo maior desenvolvimento para o interior do Brasil e integrando partes do território nacional que, até então, estavam isoladas umas das outras. Em seu lastro, surgiram mais de quarenta e três cidades e vilas, contando com a presença dos irmãos Cláudio, Orlando e Leonardo

Villas Bôas na sua vanguarda. Também foram construídas diversas estradas de rodagem e inúmeros campos de pouso de aviões, localizados em pontos estratégicos, que passaram a servir de apoio em rotas nacionais e internacionais. O chefe da guarda pessoal da Presidência, Cel. Flaviano de Matos Vanique, foi indicado pelo Ministro João Alberto ao cargo de chefe da expedição, nele permanecendo até 1948.

Alguns paulistas, que já conheciam o Araguaia, foram convidados a participar da expedição, além de médicos de diversas especialidades, como cirurgiões e pediatras, realizando inúmeros atendimentos a uma população que nunca antes tinha visto um "doutor de criança"[8]. Cabe dizer que apesar de contar com a presença de militares, e considerada de interesse militar, através do Decreto-Lei de no. 5.801 de 8 de setembro de 1943, a expedição contou com a participação maciça de sertanejos, índios e garimpeiros, que iam sendo recrutados aos poucos ao longo do percurso rumo ao Brasil central. Um avião *Focke-Wulf* foi cedido pelo Ministério da Aeronáutica à FBC, e se tornou fundamental para o transporte de mantimentos até os acampamentos formados ao longo do itinerário.

A cidade se Uberlândia, em Minas Gerais, foi o portão de entrada para o cerrado brasileiro, e, em Barra Goiana, hoje Aragarças, localizada na margem direita do rio Araguaia, a "Marcha para o Oeste" começou a sentar sua base. Ali, elevou construções para atender aos serviços básicos do empreendimento, tais como almoxarifado, ambulatório, administração, alojamento, moradias, serraria e olaria. Nesse local, que acabou por se tornar a base efetiva da FBC, foi construído um aeroporto, batizado de Salgado Filho. Este foi o primeiro de uma série de campos de pouso entregues à Aeronáutica, como bases de escala e segurança de voo na ligação Rio–Manaus. Em 11 de setembro de 1943, um boletim de nº 3, da Coordenação da Mobilização Econômica, determinou que fosse plantado o "Marco 0" da expedição na Barra do Rio das Garças. Sobre o assunto, o documento frisa:

> *"Rompendo hoje nossa marcha com a mesma fé que animou há séculos os primeiros desbravadores dessas rudes matas, determinou esta chefia que fosse plantado o "Marco 0", símbolo da determinação inquebrantável que nos guia no rumo imposto por nossa querida Pátria."*(OLIVEIRA,1976, p. 33).

Um obelisco foi fincado no chão do local de onde partiriam os homens que iriam realizar a empreitada de desbravar terras inóspitas, enfrentando as muitas adversidades impostas pelas condições do clima, relevo e vegetação, sem contar com a fome, doenças e falta de material que, muitas vezes, retardou o avanço expedicionário.

O objetivo da primeira fase da Marcha era partir de Aragarças até o Rio das Mortes e lá, fundar um estabelecimento de colonização. Desse ponto, seguiriam até a serra do Roncador, onde também localizariam um ponto ideal para estabelecer um núcleo de povoamento, além da construção de um campo de pouso. Ainda entre os seus objetivos, visava a criação de vias de comunicação e exploração dos rios nas regiões do Xingú. Ao cruzar a Serra do Roncador, os expedicionários também deveriam melhorar os caminhos e fixar anualmente cerca de duzentas famílias.[9]

Cruzando as fronteiras do Brasil e carregando a bandeira da civilização em terras pouco ou ainda desconhecidas pela maioria da população, a Expedição Roncador-Xingu promoveu a integração das diversas regiões do País. O resgate do ideal das Bandeiras, reforçado pelos discursos dos ideólogos do regime varguista, reforçavam a ação colonizadora sobre o território nacional, assegurando sua defesa por meio do povoamento. As estratégias de consolidação de um ideal nacionalista se apresentaram em diversos momentos: quando era hasteada a Bandeira Nacional e cantado o Hino do Brasil, em datas de feriados nacionais, nos acampamentos.

Nesse sentido, é possível destacar alguns registros feitos pelos expedicionários Acary de Passos Oliveira e Orlando Villas Bôas em seus diários:

No acampamento Aragarças, em 7 de setembro de 1943. Após um frugal café da manhã, foi hasteado o Pavilhão Nacional diante de um solene Cel. Vanique, que apresenta armas para a bandeira desfraldada. Não menos solenes, os demais membros da administração observavam, com os olhos semicerrados devido ao sol que já anunciava a alvorada, o hastear da bandeira pelo rústico mastro. A salva de 21 tiros reforçava o tom cerimonial onde “meia dúzia de idealistas em pleno sertão emolduravam o símbolo de nossa independência” (VILLAS BÔAS, 1994, p. 26-27). A lembrança dos “bravos bandeirantes” e do eco do brado de “Independência ou Morte” adquiria um tom patriótico e promissor, caro ao empreendimento civilizatório do período.

No Acampamento Garapu, em 19 de abril de 1946, 9h45m. O Ministro João Alberto passa em revista o "pacífico exército da civilização", segundo os termos do diário de Villas Bôas. Pela primeira vez, a "gloriosa" Bandeira Nacional era ali hasteada. O acampamento estava oficialmente inaugurado. O restante do dia foi de folga, todos estavam satisfeitos. O Ministro e sua comitiva percorreram Garapu com olhos elogiosos. Para muitos ali, o melhor estava guardado para o final: "em vez de peixe, a janta contaria com arroz, feijão e a boa carne de um enorme tamanduá" (VILLAS BÔAS, 1994, p. 128). O que parecia caminhar a passos largos para um corolário patriótico, estacou diante da indiferença da população local. No dia 21 de abril, hasteada novamente a Bandeira Nacional em homenagem à memória de Tiradentes, um trabalhador, apelidado de "baiano", fez sua censura. Para ele e para os demais sertanejos que ouviam a preleção de Orlando sobre o herói nacional, a figura de "seo Honorino", dentista de Barra do Garças, era considerada melhor e mais calma que a de Tiradentes. Afinal, o que um dentista poderia querer "cós reis?".[10]

A ação estatal se deparava com um limite: os sertanejos que, segundo Villas Bôas, viviam por vezes "à margem da história", assistiam indiferentes ao desenrolar de eventos como a Segunda Guerra, bem como as cerimônias em que as grandes datas nacionais eram celebradas e enaltecidas nos discursos dos que se consideravam "civilizadores". Nessa perspectiva, o processo didático proposto na construção de uma identidade nacional que incorporasse referências e valores listados pela agência do Estado, confrontava-se com as tradições já construídas pelas populações locais.

A rotina de erigir mastros, hastear bandeiras, definir o panteão republicano, entre outras situações, dava conta do processo que Anderson chamou de construção de uma "comunidade politicamente imaginada"[11]. A experiência da Marcha nos permite compreender que, aos valores e memórias passados, outros novos foram agregados, fazendo, assim, emergir, naquela população, um sentimento de "pertencimento" a uma nação, marcando identidades.

Alguns intelectuais da época em que a proposta da Marcha entrou em cena como política de Estado, buscaram elaborar um conceito sobre qual o modelo de civilização ideal para o Brasil. Havia um esforço direcionado à consolidação do Estado e do seu papel pedagógico na construção de nacionalidade. O tema da unidade territorial

brasileira foi revisitado pela elite ilustrada, marcando a tensão entre a existência de uma civilização supostamente artificial, presente no litoral, e outra, autêntica, ainda por se desenvolver, para dentro do território brasileiro[12]. Um projeto de redescoberta do sertão foi impulsionado durante o regime do Estado Novo, e a experiência da Expedição Roncador-Xingú, um esforço de concretizá-lo. Tal afirmação, contudo, deve ser acompanhada de algumas definições sobre o que seria o sertão brasileiro. A palavra "sertão" é definida por Aurélio Buarque de Holanda como: "1. Região agreste, longe de povoação ou de terras povoadas. 2.*Bras.* Interior pouco povoado.3. Zona fitogeográfica do N.E. do país, em que domina o clima semi-árido e a caatinga."[13] Alguns dicionários da língua portuguesa, datados dos séculos XVIII e XIX, explicam o mesmo termo dentro de uma perspectiva que abarcava tanto o sentido espacial quanto o social. Tais definições não se distanciavam tanto da ideia expressa pelo dicionarista do século XX, que reafirma "sertão" sob estas duas óticas: zona do interior e região pouco povoada.

Em trabalho sobre o ideário de sertão na época colonial dos séculos XVI e XVII, Maria Elisa de Sá Mader explica que, mais do que uma região em oposição ao litoral, o sertão seria uma "antítese" do "mundo da ordem", já colonizado, onde a ação do colonizador era amparada pelos poderes da Igreja e do Estado.[14] Nísia Trindade Lima, trazendo algumas abordagens sobre o sertão no século XIX, mostra que o uso mais frequente do termo, à época, era o que o identificava às áreas despovoadas do interior do Brasil. Observa ainda que Capistrano de Abreu, assim como outros intelectuais, enfatizava, em seus textos, a proximidade entre um ambiente inóspito e uma vida ascética dos primeiros povoadores do sertão.[15]

Oliveira Vianna, um dos intelectuais do Estado Novo e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), estabelece uma relação entre a expansão do povoamento e o avanço da civilização rural pelo interior do país, chamando a atenção para "o mundo que pulsa sob a aparência de vazio". Para Vianna, a impressão de sertão, corruptela de "desertão", contida em relatos de viajantes estrangeiros, seria falsa. Destaca ainda que muitos deles "viram apenas o deserto desumanizado e a ausência de cultura."[16]

Uma imagem de autonomia e distância em relação ao Poder Público foi reforçada por Vianna, somando aos vários significados de sertão uma ideia de que o espaço vazio, por vezes, encobria um mundo diverso. Nessa perspectiva, sertão pode ser compreendido

em relação à sua distância ao Poder Público e aos projetos modernizadores, aparecendo também como região de resistência ao moderno e civilizado.

Dessa maneira, o sertão, valorizado positivamente pelos ideólogos e representantes políticos do Estado Novo — que o concebiam como a região que abrigava uma "autêntica brasilidade" e possibilitava o desenvolvimento de uma consciência nacional, segundo o discurso de Vargas, era também visto como pólo de atraso e de resistência ao progresso e ao poder estatal.

O projeto da Marcha estava em consonância com o de integração, saneamento e desenvolvimento nacional. Avançar para o sertão, no contexto do Estado Novo, significava realimentar, com tons nacionais, a ideia da existência de um lugar a ser civilizado e melhor aproveitado economicamente. O sentimento de pioneirismo do empreendimento pode ser observado no discurso em que o chefe da expedição, Cel. Flaviano de Mattos Vanique, por ocasião da visita do Presidente Getúlio Vargas ao acampamento do rio das Mortes, evoca: "Pela primeira vez na história do nosso país, um presidente afasta-se do Palácio do Catete, para ver de perto como o Brasil toma posse de si mesmo."(OLIVEIRA, 1976, p.120).

O "sertão remoto", que o Estado queria civilizar para afirmar sua soberania, também foi palco de fortes resistências pois, nem todos os povos indígenas aceitaram pacificamente a missão civilizadora promovida pelo Poder Público. Os constantes atritos com índios Xavantes, um dos quatro grupos indígenas que compartilhavam territórios do Alto e Médio Araguaia, dão a dimensão dessa relação delicada[17]. Um impasse se apresenta no palco do jogo político, pois, enquanto o índio era cultuado pelo Estado como símbolo nacionalista, simultaneamente, assumia o papel de desafiador de suas instituições. O sertão, concebido como área mais distante e autônoma em relação ao Poder Público, possibilitava que suas populações preservassem ou criassem suas próprias leis e sociedades. Ao se distanciarem dos moldes estabelecidos pelo poder estatal, provocavam uma fragmentação na tão almejada unidade nacional, desafiando a possibilidade de expansão e fortalecimento de um poder central[18].

Desafiando os símbolos dominantes, o exemplo dos Xavantes indica a ideia de um sertão bravio, onde nem todos enxergavam em Vargas um "guia". Tampouco,

percebiam o Brasil como sua pátria. A retórica que destacava a posse, "mansa e pacífica", deste imenso território nos discursos oficiais, se deparava com um impasse e as consequências, muitas vezes dramáticas, decorrentes do contato entre índios e "civilizados" durante a Expedição Roncador-Xingu, foram registradas por Orlando e Cláudio Villas-Bôas. Em uma das passagens, na virada do ano de 1946, notamos, mais uma vez, os limites de alcance do poder estatal.

À ocasião, a vanguarda expedicionária já havia atravessado a Serra do Roncador, povoada pelos Xavantes, e alcançado o Rio Kuluene, onde encontraram índios "de melhor índole" (como os Calapalo, Cuicuro e Nauquá). A gripe e a pneumonia disseminavam-se rapidamente no acampamento da expedição, assim como entre os índios das aldeias próximas. Segundo o relato de Orlando Villas Bôas, na aldeia dos Calapalo, população muito "amável e inteligente", a situação era triste. Ali, além da fome generalizada, devido a um período de crise causado pelo excesso de chuvas e perdas de animais, muitos índios caíram doentes. A mesma situação se repetia na aldeia dos Cuicuro. Tal "penúria" incentivou os expedicionários a tentar se organizar para atender aos índios mais necessitados.

Os medicamentos, que chegavam sempre de avião, muitas vezes, não supriam a demanda. Enquanto que, na comunicação por rádio, pedia-se urgência nas entregas, algumas vezes, as instruções do Ministro João Alberto eram a de afastamento, provavelmente com o intento de preservar a saúde dos demais expedicionários. Diante da impossibilidade de transporte, ordenava que o intercâmbio com os índios ficasse reduzido ao "mínimo possível necessário", apenas para "se manter a paz". O quadro desolador da aldeia dos Calapalo foi narrado por Cláudio Villas-Bôas, que destaca a "situação angustiosa" da tribo: "Izarari- seu chefe geral, estava à morte. A desolação e a fome corriam pela aldeia. (...) os medicamentos foram poucos para atender os inúmeros casos encontrados." (VILLAS BÔAS, 1994, p. 182-184)

No primeiro dia do ano de 1947, o hastear da bandeira no acampamento da expedição se deu na hora habitual. O clima chuvoso e a chegada de dois homens com malária, anunciavam um dia difícil. A notícia da morte do chefe da tribo, Izarari, chegou pela tarde, e o seu sepultamento fora marcado para o dia seguinte. Orlando escreveu que o "emocionante" funeral do cacique foi acompanhado de muito choro e gritos por toda a

aldeia. O corpo do morto, envolto na bandeira nacional, chamava a atenção. A bandeira, que tinha sido um presente dado ao chefe pelos expedicionários, era hasteada na aldeia quando "dava na cabeça" de Izarari, ela lhe pertencia. Por isso, deveria ser enterrada com seus outros pertences. Símbolos nacionais como a bandeira, carregam uma afinidade especial com o que representam, definindo fronteiras de identidade nacional.

Tomando como exemplo os hinos nacionais cantados nos feriados, Benedict Anderson destaca que, por mais "medíocre" que seja a melodia ou mais "banal" que seja a letra, há nesse canto uma experiência de "simultaneidade", em que pessoas, mesmo que desconhecidas entre si, ao pronunciarem os mesmos versos, criam a imagem do "uníssono". Ao ritual, podemos associar a noção de pertencimento e de compartilhamento de valores culturais, experimentando o que Anderson chama de uma "realização física em eco da comunidade imaginada"[19].

O uso dessa simbologia ao longo da expedição atuava como elemento unificador. Como saber de que forma o chefe indígena interpretou o que lhe estava sendo mostrado naquelas cerimônias diárias de hasteamento da Bandeira Nacional nos acampamentos? Difícil saber ao certo se, na mente daqueles índios, abriu-se um espaço para a noção de pertencimento e lealdade a uma nação. Mais complexo ainda, é responder se, ao hastear da bandeira vez por outra na aldeia, todos os índios se sentiam conectados a indivíduos que nunca haviam visto, embora soubessem da existência. O que se percebe, tanto por este relato quanto pelo que se refere às homenagens a Tiradentes, é que, se por um lado havia a tentativa de aproximação e construção de uma nacionalidade baseada na identificação cultural e étnica, por outro, existia uma grande desconfiança e desconhecimento em relação a ela.

Embalados por um discurso ideológico, os expedicionários que partiram de Uberlândia em direção ao oeste brasileiro, chegaram à região do sertão do Araguaia incorporando um espírito bandeirante e colocando-se na posição de heróis civilizadores, por vezes até mesmo menosprezando o contexto social já existente na região.

Outro relato de Villas-Bôas diz que todas as noites, à beira do fogo, os sertanejos alegravam o acampamento, cantando e contando histórias de personagens lendários do sertão. Orlando explica que nessas cantorias, o sertanejo deixava sua "alma

transparecer". Em uma ocasião de visita do interventor do Estado de Goiás, Pedro Ludovico, um "caboclo", num "musicado rompante de transparente sinceridade", cantou os seguintes versos diante do representante da ordem estatal: "Em Goiás não tem justiça/ Nem Goiás e nem em Minas/ A justiça de Goiás/ É faca, bala e carabina/Quando o cabra é meio afoito/ Na cintura um trinta e oito/Delegado mesmo fala/ Que a justiça é faca e bala." (VILLAS BÔAS, 2006, p. 79).

A canção pode ser percebida como uma provocação à autoridade presente. Assim, o mesmo sertanejo que ajudava o Estado a expandir seu poder no território, impunha a ele seus limites. O reconhecimento por parte dos intelectuais ideólogos do Estado da importância do domínio do espaço territorial como elemento constitutivo de identidade nacional, impulsionou o projeto da "Marcha para o Oeste". A ocupação de áreas até então desocupadas, era o eixo central das políticas de integração, que se deparou com o desafio de construir uma nacionalidade em meio à diversidade. Dessa forma, impuseram-se questões como qual modelo democrático deveria ser seguido, ou qual o paradigma de civilização deveria ser adotado.

Buscou-se desenvolver uma política que classificasse os tipos humanos nos espaços geográficos, visando não só uma integração dos povos com o território, mas também um caminho possível para se pensar uma unidade nacional associada à diversidade. Tomando o movimento das Bandeiras como inspiração histórica, a Roncador –Xingú se constituiu como uma tarefa épica de construção de nacionalidade, realizando o que Lúcia Lippi de Oliveira define como a "realização de seu destino", que era o de "juntar litoral e sertão", "corpo e alma" da nação.[20]

Mesmo depois do fim do regime do Estado Novo, em 1945, a Expedição Roncador-Xingú continuou a avançar pelas regiões Oeste e Norte, seguindo o mesmo plano proposto inicialmente e contando com o apoio do Governo Federal. Somente em 1948, por decisão da FBC, foi encerrada, enquanto uma nova expedição, liderada pelos irmãos Villas-Bôas, continuaria a empreitada, agora com o nome de Expedição Xingú-Tapajós.

Notas:

[1] O termo "*novo Brasil*" está relacionado ao nome do regime chamado de "Estado Novo", que durou de 1937 a 1945, agregando valores intrínsecos a ele como um Brasil se inaugura à partir de uma nova época liderada por Getúlio Vargas.

[2] Para uma melhor análise histórica sobre o avanço para o interior desde o início do período colonial até os anos 30. Cf., Seth Garfield. The base of our national character: Indians and the Estado Novo. In., Indigenous Struggle at the Heart of Brazil. Duke University Press, 2001, p. 27-28.

[3] O DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda foi criado por decreto em 1939. Tinha como principais funções centralizar, orientar e coordenar a propaganda nacional interna e externa. O órgão realizava a censura do teatro, cinema, rádio, imprensa e literatura, promovendo e patrocinando manifestações cívicas e exposições para mostrar as realizações do Governo. Seu diretor era o jornalista Lourival Fontes, responsável pela criação de duas revistas: *Cultura Política*, destinada a um público de intelectuais mais seleto, e *Ciência Política*, dirigida ao grande público com intenção de promover os ideais do Estado Novo. O DIP incorporou jornais e rádios ao Governo, como a Rádio Nacional (1940), o jornal *A Manhã*, dirigido por Cassiano Ricardo (1941), e *A Noite* (1942).

[4] Termo usado pelo repórter do DIP, ao referir-se a cidade de Goiânia, na ocasião da chegada de Vargas.

[5] Ver Decreto-Lei nº. 5.878, de 04/10/1943, que institui a Fundação Brasil Central, que, funcionando como uma autarquia, era um órgão semiautônomo em relação ao Governo Federal, pois contava com recursos independentes e competência para decidir e exercer jurisdição sobre os territórios cedidos pelos governos estaduais por até dez anos.

[6] Algumas das empresas privadas destacadas por Orlando e Cláudio Villas-Bôas foram as de Sinhá Junqueira, fazendeira de Ribeirão Preto, que doou 90 mil litros de álcool motor; a São Paulo Alpargatas, que deu 2.000 m de lona; a Cia. Antarctica, que contribuiu com bebidas; e a Armour e a Swift, que doaram alimentos. Cf. Orlando e Cláudio Villas-Bôas. *A Marcha para Oeste. A Epopéia da Expedição Roncador-Xingú.* São Paulo: Globo, 1994, p .25.

[7] Cf. trecho do discurso proferido por Godofredo da Silva Telles em 1943. In., Acary de Passos Oliveira. *Roncador-Xingu. Roteiro de uma expedição*. Goiânia: FGV, 1976, p.10.

[8] Expressão retirada dos relatos de Orlando Villas Bôas In.*A Marcha para o Oeste,* 1994, p. 26.

[9] A *Revista Brasileira de Geografia* publicou, em 1943, a notícia sobre os objetivos da *Expedição*, que incluíam a criação de núcleos agrícolas que pudessem receber anualmente "*contingentes povoadores"*, além de explorar as reservas minerais, abrindo estradas e campos de pouso. Também informava sobre a colonização que se pretendia estabelecer no acampamento do rio das Mortes, onde seria encaminhado pessoal procedente de diversos pontos do Brasil e de países europeus que viriam ao Brasil após o término da Guerra. Cf. Revista Brasileira de Geografia, setembro de 1943, p. 513-516.

[10] Cf. os relatos de Orlando e Cláudio Villas-Bôas. In *A marcha para o Oeste, 1994.*p. 26-27

[11]Para um melhor entendimento desse conceito, Cf. Benedict Anderson. *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

[12] Esforços para integrar e ocupar o sertão podem ser identificados, em diferentes momentos, visando forjar uma efetiva unidade e moldar a nação brasileira. Mattos, nos indica, o movimento que chama de "expansão para dentro" no contexto da emancipação política. Cf. Ilmar Rohloff de Mattos. *Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política*. In Almanack Brasiliense no 1, maio 2005.pp.8-26.Maciel parte da mesma perspectiva para analisar a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Mato Grosso, ou, como seria posteriormente conhecida, Comissão Rondon que, durante a Primeira República, se incumbiu de civilizar o sertão. Cf. Laura Antunes Maciel. *A Nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da "Comissão Rondon".* São Paulo: Educ:FAPESP, 1998.

[13] Cf. Aurélio Buarque de Holanda, *Minidicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2006, p. 736.

[14] Cf. Maria Elisa Noronha de Sá Mader, *O vazio: o sertão no imaginário da colônia nos séculos XVI e XVII*, 1995. Dissertação de mestrado. PUC-RJ.1995, p. 2.

[15] Para um melhor entendimento sobre os paradigmas de civilização que entraram em debate na época, ver Nísia Trindade Lima, *Um sertão Chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999, p.48-50.

[16] Cf. Oliveira Viana, Apud., Nísia Trindade Lima. 1999, p.58.

[17] Os quatro grupos indígenas da região do médio Araguaia são os Kaiapó, os Bororo, os Karajá e os Xavante. Cf. esta informação em Manuel Ferreira Lima Filho, *O desencanto do Oeste: memória e identidade social no médio Araguaia*,Goiânia:UCG, 2001, p. 24.

[18] Segundo o relato de Maybury-Lewis, trazido por Manuel Ferreira Lima Filho, os Xavante permaneceram isolados até as três últimas décadas do século XIX, na região do rio das Mortes. Seu isolamento só foi interrompido quando os padres salesianos informam sobre ataques Xavante aos Bororo no início do século XX. Na década de 1930, os índios mataram padres salesianos que tentaram formar colônias na região e, em 1941, o SPI organizou sua primeira expedição de pacificação, comandada por Pimentel Barbosa, que acabou sendo morto. Cf. Manuel Ferreira Lima Filho. 2001, p.25-26.

[19] Cf. Benedict Anderson, 2008, Op. Cit., p.203.

[20] Cf. Lucia Lippi Oliveira, Estado Novo e a conquista de espaços territoriais e simbólicos, 2008, p. 19-20.

Bibliografia:

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.* São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

FILHO, Manuel Ferreira Lima. *O desencanto do Oeste: memória e identidade social no médio Araguaia*,Goiânia:UCG, 2001.

GARFIELD, Seth. *Indigenous Struggle at the Heart of Brazil.* Duke University Press, 2001.

LIMA, Nísia Trindade. Um sertão chamado Brasil: Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Renavan: IUPERJ, UCAM, 1999.

MADER, Maria Elisa Noronha de Sá , *O vazio: o sertão no imaginário da colônia nos séculos XVI e XVII*, 1995. Dissertação de mestrado. PUC-RJ.1995.

OLIVERA, Acary de Passos . *Roncador-Xingú. Roteiro de uma expedição*. Goiânia: FGV, 1976.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Estado Novo e a conquista de espaços territoriais e simbólicos*. Revista *Política e Sociedade*, no 12 de abril de 2008.

VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil.* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938,Vol.V.

VILLAS BÔAS, Orlando. *Histórias e Causos*. 1ª edição. São Paulo: FTD, 2006.

VILLAS BÔAS, Orlando e Cláudio. *A Marcha para Oeste. A Epopéia da Expedição Roncador-Xingú.* São Paulo: Globo, 1994.

Revista do DIP nº 159/1941. Arquivo Getulio Vargas. R. 394. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV.